

NO. PROCESSO: 2015.7.003328-8

SECRETARIA CORREGEDORIA INTERIOR

Data Cadastro: 01/10/2015

CLASSL : CORREICAO - ORDINARIA



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ


CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

CORREIÇÃO DO TERMO JUDICIÁRIO DE MAGALHÃES BARATA – COMARCA DE IGARAPÉ-AÇU



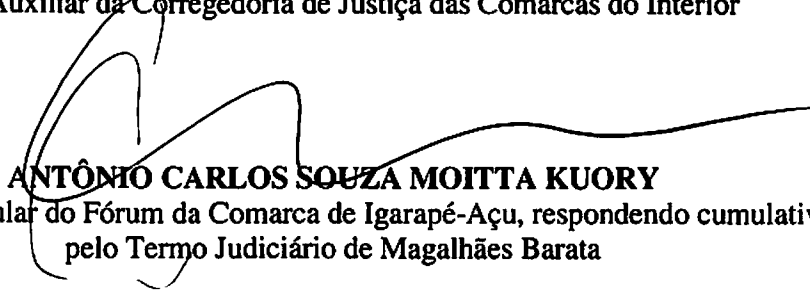
ATA DE INSTALAÇÃO

Aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze, às 10h00min, no Fórum deste Termo Judiciário de Magalhães Barata, Comarca de Igarapé-Açu, onde presentes se encontravam a Excelentíssima Senhora Desembargadora **MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO**, a Exma. Dra. **MÔNICA MACIEL FONSECA**, Juíza Auxiliar da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior (CJCI), o Exmo. Sr. Dr. **JOSÉ ANTÔNIO FERREIRA CAVALCANTE**, Juiz Auxiliar da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior, o Exmo. Sr. Dr. **ANTÔNIO CARLOS SOUZA MOITTA KUORY**, Juiz de Direito Titular do Fórum da Comarca de Igarapé-Açu, respondendo cumulativamente pelo Termo Judiciário de Magalhães Barata, os Senhores **MARCO ANTÔNIO PEDROSA DE ARAÚJO**, **JACKELINE STEPHANY VILHENA MAIA**, **THAIZA MARTINS PEREIRA SUANO DE FARIAS**, Assessores Jurídicos da CJCI e **CARLOS PINTO DA SILVA JR.**, Analista Judiciário da CJCI, deu-se por instalada Correição Geral Ordinária na Comarca de Breves, conforme previsto na Lei nº 5.008, de 10/12/1981 - Código de Organização Judiciária do Estado do Pará, art. 164, inciso I, o que, para constar, Eu _____ (Jackeline Maia), lavrei o presente termo, o qual segue devidamente assinado por mim e demais presentes.


Desembargadora **MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO**
Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior


MÔNICA MACIEL FONSECA
Juíza Auxiliar da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior

JOSÉ ANTÔNIO FERREIRA CAVALCANTE
Juiz Auxiliar da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior


ANTÔNIO CARLOS SOUZA MOITTA KUORY
Juiz de Direito Titular do Fórum da Comarca de Igarapé-Açu, respondendo cumulativamente pelo Termo Judiciário de Magalhães Barata



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
CORREIÇÃO DO TERMO JUDICIÁRIO DE MAGALHÃES BARATA – COMARCA DE IGARAPÉ-AÇU



Jackeline S. Vilhena Maia
JACKELINE STEPHANY VILHENA MAIA
Assessora Jurídica

Marco Antonio Pedrosa de Araújo
MARCO ANTONIO PEDROSA DE ARAÚJO
Assessor Jurídico

Thaiza Martins P. Suano de Farias
THAIZA MARTINS PEREIRA SUANO DE FARIAS
Assessora Jurídica

Carlos Pinto da Silva Jr
CARLOS PINTO DA SILVA JR.
Analista Judiciário



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NO TERMO JUDICIÁRIO DE MAGALHÃES
BARATA – COMARCA DE IGARAPÉ-AÇU



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA

COMARCA: Igarapé-Açu/TERMO JUDICIÁRIO DE MAGALHÃES BARATA

EDITAL Nº 02/2015

PERÍODO: 31/08/2015

Desembargadora Corregedora: MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO

Juíza Corregedora: MÔNICA MACIEL SOARES FONSECA

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 UNIDADE JUDICIAL: TERMO JUDICIÁRIO DE MAGALHÃES BARATA

1.2 COMPETÊNCIA: VARA ÚNICA

1.3 MAGISTRADO (A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KUORY

1.4 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: TITULAR NA VARA ÚNICA DO FÓRUM DA COMARCA DE IGARAPÉ-AÇU, RESPONSÁVEL PELO TERMO JUDICIÁRIO DE MAGALHÃES BARATA

1.5 PERÍODO DE EXERCÍCIO: Desde Fevereiro/2015

2. INFORMAÇÕES DA UNIDADE JUDICIÁRIA

2.1 ENDEREÇO: RUA LAURO SODRÉ, S/Nº, BAIRRO: CENTRO, MUNICÍPIO DE MAGALHÃES BARATA-PA

2.2 SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL: Imóvel locado.

2.3 DISPONIBILIDADE E UTILIZAÇÃO DAS SALAS:

Relacionar e descrever: Imóvel alugado com 08 pequenos compartimentos: pátio, saleta de espera, saleta onde funciona o gabinete e a secretaria, saleta de armário s/ parede e porta, cozinha, banheiro, depósito e saleta disponibilizada ao Ministério Público.

2.4 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS:

() Boas () Regulares (X) Ruins

Justificar: Atualmente, toda a estrutura do imóvel não mais condiz com as necessidades do desempenho das atividades jurisdicionais desenvolvidas pelos servidores e magistrado, pois além de não possuir a estrutura adequada, é pequeno. Em uma das salas – onde ficam acondicionados os processos – não existe nenhuma tomada.

2.5 LIMPEZA E HIGIENE:

(X) Boas () Regulares () Ruins

Justificar:

2.6 MOBILIÁRIO:

() Bom (X) Regular () Ruim

Justificar: Alguns armários de processos estão sem chave.

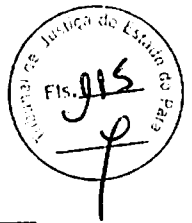


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NO TERMO JUDICIÁRIO DE MAGALHÃES
BARATA – COMARCA DE IGARAPÉ-AÇU

2.7 SEGURANÇA: <input type="checkbox"/> Boa <input type="checkbox"/> Regular <input checked="" type="checkbox"/> Ruim Justificar: Apesar de alarmes instalados no prédio, não dispomos de segurança realizada por policiais/guardas/vigias. Trabalhamos sempre em estado de alerta, com a porta da saleta do gabinete/secretaria entreaberta, para vigiarmos os processos que ficam na saleta defronte com o corredor, pois a mesma não tem parede divisória e porta.		
2.8 ACESSIBILIDADE: <input type="checkbox"/> Boa <input type="checkbox"/> Regular <input checked="" type="checkbox"/> Ruim Justificar: Não há		
2.9 RESIDÊNCIA OFICIAL: <input type="checkbox"/> Boa <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Ruim Justificar: Prejudicado, não existe.		
3. MAGISTRADOS		
3.1 MAGISTRADO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: desde Fevereiro/2015		
3.2 DESIGNAÇÃO DE MAGISTRADO AUXILIAR OU SUBSTITUTO – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Cláudia Regina Moreira Favacho Moura, respondeu de 30/06/2014 a 31/12/2014, assim como, no período de 01/01/2015 a 28/02/2015.		
3.3 PERÍODOS DE AUSÊNCIA DO MAGISTRADO ATUAL: Até o momento não houve afastamento.		
3.4 CUMULAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS: Sim, Juiz titular no Fórum da Comarca de Igarapé-Açu.		
3.5 PARTICIPAÇÃO EM MUTIRÕES OU EM OUTRAS ATIVIDADES Relacionar e descrever: I E II MUTIRÃO CARCERÁRIO 2015		
3.6 INOVAÇÕES PROCEDIMENTAIS E TECNOLÓGICAS PARA O INCREMENTO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL: Relacionar e descrever: Tecnológica, através da utilização do aparelho riverbed, o qual acelerou a transmissão de dados, evitando as frequentes quedas na conexão da internet.		
3.7 MAGISTRADOS QUE ATUARAM NA COMARCA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS:		
JUIZ	ENTRADA	SAÍDA
01 MAURICIO PONTE FERREIRA DE SOUZA	2008	27/07/2014
4. QUADRO FUNCIONAL (incluindo estagiários e conciliadores):		
4.1 GABINETE: Não existe servidor/assessor lotado no gabinete da Unidade Judicial, mas o Juiz é auxiliado pelo Assessor Jurídico da Comarca de Igarapé-Açu.		
4.2 SECRETARIA: Nome: LUCIANA MARIA DE OLIVEIRA FARIAS		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NO TERMO JUDICIÁRIO DE MAGALHÃES
BARATA – COMARCA DE IGARAPÉ-AÇU



Cargo: Auxiliar Judiciário, exercendo a função de Diretora de Secretaria (Bacharel em Direito)
Ato de nomeação: Portaria 3247/2013-GP
Portaria nº 002/2014 (Portaria designando como Diretora de Secretaria)
Ato de lotação: Portaria 3247/2013-GP

Nome: MICHELLE RIBEIRO SILVA
Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO
Ato de nomeação: CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 049/2013
Ato de lotação: CEDIDA PELA PREFEITURA LOCAL

DEMAIS SETORES

Nome: MARIA DALVA DE ARAÚJO SOUSA – Matrícula 12700
Cargo: Atendente Judiciário
Ato de nomeação:

Nome: JOSE BRASIL SAPUCAIA DOS SANTOS – Matrícula 2381
Cargo: Oficial de Justiça

O único Oficial de Justiça lotado no Termo Judiciário de Magalhães Barata está afastado de suas funções – licença médica desde 09/2012. A Magistrada Cláudia Moura designou, através do sistema Libra, 02 Oficiais de Justiça da Comarca de Igarapé-Açu para dar cumprimento aos mandados. Apesar da situação já ter sido repassada ao setor competente (Ofício nº 067/2014 – Anexo), a solicitação ainda não foi atendida.

A Unidade Judicial teve o pedido de lotação de estagiário negado.

5. MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA

5.1 MINISTÉRIO PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Brenda Corrêa Lima Ayan, desde novembro de 2013

5.1.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Titular

5.1.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? Sim, com várias Comarcas, variando por período.

5.2 DEFENSOR PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Joaquim Azevedo Lima Filho, desde fevereiro de 2015

5.2.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Titular da Comarca de Igarapé-Açu, respondendo atualmente por este Termo Judiciário.

5.2.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? Sim.

6. APOIO À ATIVIDADE JURISDICIONAL

6.1 VEÍCULOS

6.1.1 FROTA: Não há

6.1.2 A FROTA DISPONÍVEL ATENDENTE SATISFATORIAMENTE ÀS NECESSIDADES DA UNIDADE?

() Sim (X) Não

Justificar: Apenas a Comarca de Igarapé-Açu possui carro oficial (Ford Sedam)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NO TERMO JUDICIÁRIO DE MAGALHÃES
BARATA – COMARCA DE IGARAPÉ-AÇU

<p>6.2 INFORMÁTICA: A Unidade Judicial utiliza como aparato tecnológico à prestação jurisdicional, apenas dois computadores, uma única impressora simples, um scanner, uma máquina argox e um aparelho telefônico.</p>
<p>6.2.1 ACESSO Á INTERNET: () Bom (X)Regular ()Ruim Justificar:</p>
<p>6.2.2 PONTOS DE REDE (QUANTIDADE): 02 insuficientes. Necessitando que sejam instalados, no mínimo, mais dois pontos para atender não só as duas servidoras como o Magistrado e seu assessor. A existência de apenas dois pontos de internet é um dos motivos pelos quais a secretaria e o gabinete desenvolvem as atividades no mesmo espaço físico.</p>
<p>6.2.3 SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS: LIBRA</p>
<p>6.2.4 SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA (e-mail): tjepa088@tjpa.ius.br</p>
<p>7. SECRETARIA JUDICIAL</p>
<p>7.1 QUAL ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS PROCESSOS E PASTAS? (X) Bom ()Regular ()Ruim Justificar: A Unidade Judicial necessita de mais armários com chaves, para o acondicionamento adequado e seguro dos autos e documentos - requisitados através do Ofício nº 39/2015 (doc. Anexo). No período de chuva há perigo de goteiras, mas que é solucionado mediante o contato com o locatário.</p>
<p>7.2 OS DOCUMENTOS E PASTAS SÃO GUARDADOS/ARQUIVADOS EM LOCAIS ADEQUADOS, OBSERVANDO-SE CRITÉRIOS PARA A RÁPIDA LOCALIZAÇÃO? (X) Sim ()Não Justificar: A Unidade Judicial necessita de mais armários com chaves, para o acondicionamento adequado e seguro dos autos e documentos - requisitados através do Ofício nº 39/2015 (doc. Anexo). No período de chuva há perigo de goteiras, mas que é solucionado mediante o contato com o locatário. Todas as pastas estão identificadas.</p>
<p>7.3 OS PROCESSOS ESTÃO DEVIDAMENTE REGISTRADOS COM TRAMITAÇÃO INTERNA/LIBRA DE FORMA A FACILITAR SUA LOCALIZAÇÃO? (x) Sim ()Não Justificar: Mas não todos, pois os serviços da secretaria são desempenhados por apenas 02 servidoras, que de um modo geral, cumulam/dividem todas as atividades da secretaria. Os processos estão separados por ato processual.</p>
<p>7.4 OS SERVIDORES DA SECRETARIA E OS ESTAGIÁRIOS POSSUEM E UTILIZAM SENHA INDIVIDUAL PARA ACESSAR O SISTEMA DE GESTÃO PROCESSUAL? (X) Sim ()Não Justificar:</p>
<p>7.5 HÁ NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO/QUALIFICAÇÃO ESPECÍFICO PARA SERVIDORES? (X) Sim ()Não Justificar: Sim, pois constantemente são apresentadas situações em que os servidores não sabem como proceder, como por exemplo, certa vez não se sabiam como redistribuir processos remetidos por outra comarca no sistema Libra.</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NO TERMO JUDICIÁRIO DE MAGALHÃES
BARATA – COMARCA DE IGARAPÉ-AÇU



7.6 TODAS AS AUDIÊNCIAS DESIGNADAS SÃO CADASTRADAS E ACOMPANHADAS PELA SECRETARIA NO SISTEMA?

(X) Sim () Não

Justificar: As audiências são redigidas por um Auxilia Judiciário lotado na Comarca e o Assessor do Juiz, e, conseqüentemente, é Gabinete que cadastra.

7.7 HÁ PROCESSOS FINALIZADOS PENDENTES DE BAIXA/ARQUIVAMENTO NA SECRETARIA?

(X) Sim () Não

Justificar: Em razão do acúmulo de atividades e mora no cumprimento dos mandados.

7.8 A PUBLICAÇÃO E CONFERÊNCIA DA RESENHA É FEITA COM QUE FREQUÊNCIA? Apenas a publicação é feita, conforme determinação das decisões/sentenças. A publicação é feita em média duas vezes ao mês.

8: QUANTITATIVO DA ATIVIDADE JURISDICCIONAL

8.1 QUANTIDADE DE ATOS JUDICIAIS CADASTRADOS NO SISTEMA:

TOTAL GERAL 2013: 18

Sentença: 06

Despacho: 10

Decisão interlocutória: 02

Audiências: 00

Tribunal do Júri: 00

TOTAL GERAL 2014: 306

Sentença: 54

Despacho: 156

Decisão interlocutória: 37

Audiências:

-Marcadas: 21

-Realizadas: 21

-Remarcadas: 10

-Não realizadas: 07

-Total: 59

Tribunal do Júri: 00

TOTAL GERAL 2015 (até 30/08/2015): 883

Sentença: 125

Despacho: 487

Decisão interlocutória: 133

Audiências:

-Marcadas: 37

-Realizadas: 99

-Remarcadas: 02

-Não realizadas: x

-Total: 138

Tribunal do Júri: 00

8.2 DISCRIMINAÇÃO DO ACERVO NA CONTAGEM FÍSICA

QUANTIDADE

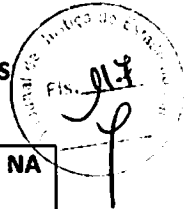


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NO TERMO JUDICIÁRIO DE MAGALHÃES
BARATA – COMARCA DE IGARAPÉ-AÇU

CÍVEIS	
CÍVEIS – META 2/2015 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011)	149 Observações CICI: No libra constam 163.
CÍVEIS – META 4/2015-CNJ - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA AÇÕES DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012	05 Observações CICI: No libra não consta nenhuma ação civil incluída na Meta 04, e sim 10 ações penais incluídas em tal Meta.
AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL	13
CÍVEIS – META 6/2015 (AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012)	00 Observações CICI: No libra constam 13 processos incluídos na Meta 06, todavia, conforme relatado na análise processual por amostragem, tal contingente decorre do cadastro equivocado realizado em algumas ações ordinárias.
AÇÕES CIVIS PÚBLICAS, EXCLUÍDAS AS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	07
RECLAMAÇÃO CÍVEL (LEI Nº 9.099/95)	00
CÍVEIS (EXCLUÍDOS OS DA META)	215
CRIMINAIS	
PENAI – META 2/2015 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011)	156 Observações CICI: No libra constam 165.
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	33
PROCESSOS TRIBUNAL DO JÚRI	10
TERMOS CIRCUNSTANCIADOS DE OCORRÊNCIA (TCOS)	132
EXECUÇÃO PENAL	00
PENAI (EXCLUÍDOS OS DA META)	208
INFÂNCIA E JUVENTUDE	
ATO INFRACIONAL	24
SITUAÇÃO DE RISCO	00
TUTELA	06
GUARDA	13
ADOÇÃO	01
EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	00
CARTAS PRECATÓRIAS	
PRECATÓRIAS CÍVEIS	10
PRECATÓRIAS CRIMINAIS	09
PRECATÓRIAS INFÂNCIA E JUVENTUDE	01
TOTAL – QUANTIDADE IDENTICA A CONTAGEM FISICA	817
Feltos com Tramitação Externa	49
Contagem física + Tramitação externa	836
ACERVO LIBRA	983
Disparidade entre a contagem física e o Libra	147
9. INDICADORES GERAIS	
9.1 CUMPRIMENTO DO MANUAL DE ROTINAS – PROCESSO CIVIL E PENAL – VOL. 1 E MANUAL DE	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NO TERMO JUDICIÁRIO DE MAGALHÃES
BARATA – COMARCA DE IGARAPÉ-AÇU



ROTINAS DAS VARAS CRIMINAIS E DE EXECUÇÃO PENAL, DISPONÍVEL NA PÁGINA DA CICI, NA INTERNET:

Sim Não

Justificar:

9.2 CUMPRIMENTO DA META 1/2015-CNJ (JULGAMENTO NO ANO DE UM NÚMERO MAIOR DE AÇÕES DAQUELAS DISTRIBUÍDAS)

ANO	AÇÕES DISTRIBUÍDAS	AÇÕES JULGADAS
2013	180	06
2014	284	54
2015 (Até 30/08)	227	125

9.3 OBSERVAÇÃO DE PRIORIDADES LEGAIS (PRESOS, CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO, DEFICIENTES FÍSICOS, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, METAS-CNJ) COM A IDENTIFICAÇÃO DOS FEITOS ATRAVÉS DE ETIQUETAS INDICATIVAS:

Sim Não

Justificar:

Não há identificação de processos de idosos (o sistema acusa 66 processos de idosos, contingente que não reflete a realidade, sendo erro do sistema ou de digitação no momento do cadastro, pois algumas pessoas constam com mais de 1.000 anos no sistema)

Não há processos de deficientes físicos.

Os processos das metas do CNJ não estão identificados.

9.3.1 INDICAÇÃO POR NUMERAL DA ORDEM DE PRIORIDADE:

- (1) INICIAIS;
- (1) POR DETERMINAÇÃO DO JUIZ
- (2) PEDIDOS DE LIMINARES E DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA;
- (3) COM AUDIÊNCIA OU PRAÇA/LEILÃO DESIGNADOS:
- (1) IDOSO;
- (1) PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE;
- (1) AÇÕES DE ALIMENTOS;
- (1) RÉU PRESO;
- (1) MANDADO DE SEGURANÇA, HABEAS CORPUS E HABEAS DATA;
- (1) ALVARÁ DE SOLTURA;
- (3) POR ORDEM CRONOLÓGICA
- (2) POR ORDEM DE ANTIGUIDADE DO PROCESSO;
- (4) OUTRO

OBSERVAÇÕES:

9.4 ALIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NO SITE DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA E DO CNJ

SISTEMAS	SIM	NÃO
SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA CORREGEDORIA		X
SISTEMA NACIONAL DE BENS APREENDIDOS		X
BACENJUD		X
CADASTRO NACIONAL DE CONDENAÇÕES CÍVEIS POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA		X
INFOJUD		X
SISTEMA NACIONAL DE CONTROLE DE INTERCEPTAÇÕES		X
CADASTRO NACIONAL DE INSPEÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS PENAIIS	X	

Observações CICI:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NO TERMO JUDICIÁRIO DE MAGALHÃES
BARATA – COMARCA DE IGARAPÉ-AÇU

	Pendente os meses de Junho a Agosto.	
INFOSEG		X
CNAEL-CADASTRO DE ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI		X
CNA-CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO		X
CNACA-CADASTRO NACIONAL DE CRIANÇAS ACOLHIDA		X
INSPEÇÃO-ESTABELECIMENTO DE APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA		X
BNMP (Resolução 137 do CNJ)		X
9.5 HÁ REGISTRO/CONTROLE DOS PADS E SINDICÂNCIAS EM TRÂMITE NA UNIDADE? () Sim (X) Não Justificar: Não há procedimentos dessa espécie em trâmite perante a Unidade Judicial.		
10. INDICADORES CÍVEIS		
10.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS CÍVEIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011): Acervo da meta: 581 Alvo: 465 Julgados 2014: 197 Julgados 2015 (até 30/08/2015): 54 Total de Julgados: 251 Pendentes: 330, dos quais 163 são ações cíveis. Necessidade de julgamento para atingir a meta: 214 Porcentagem de cumprimento: 43,20%. Meta não cumprida		
10.2 IMPULSIONAMENTO DOS FEITOS DA EXECUÇÃO FISCAL PELO JUÍZO: Sim		
10.3 CUMPRIMENTO DA META 06/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015 AS AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012): O sistema acusa 13 Ações coletivas incluídas na Meta 06, todavia, 07 dessas ações são ACP's por Ato de Improbidade Administrativa e, portanto, se inserem na Meta 04. Sendo que no sistema não consta nenhuma ação civil incluída na meta 04, mas tão somente 10 ações criminais por ato de improbidade. No sistema libra constam 13 ações pendentes para cumprimento da Meta 06 e o grau de cumprimento corresponde a 7,14%. É necessário que a Unidade Judicial corrija o cadastro destas ações, para diminuir a pendência desta Meta 06 e refletir corretamente a realidade dos processos incluídos na Meta 04.		
10.4 CONCESSÃO, INDEFERIMENTO OU NÃO APRECIÇÃO DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA: Não há inicial pendente de análise.		
11. INDICADORES CRIMINAIS		
11.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS PENAIIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011): Acervo da meta: 581 Alvo: 465 Julgados 2014: 197 Julgados 2015 (até 30/08/2015): 54		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NO TERMO JUDICIÁRIO DE MAGALHÃES
BARATA – COMARCA DE IGARAPÉ-AÇU



Total de Julgados: 251 Pendentes: 330, dos quais 165 são ações criminais. Necessidade de julgamento para atingir a meta: 214 Porcentagem de cumprimento: 43,20%. Meta não cumprida
11.2 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS CONDENADOS: A Unidade Judicial não mantém esse controle.
11.3 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS PROVISÓRIOS: 12 (doze)
11.4 CUMPRIMENTO DA META DE NIVELAMENTO DO CNJ DE MANUTENÇÃO DE PERCENTUAL ABAIXO DE 40% DE PRESOS PROVISÓRIOS: () Sim () Não Justificar: Prejudicado, pois a Unidade Judicial não mantém controle dos réus presos condenados.
11.5 CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO 66/2009-CNJ, COM REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO 82/2009-CNJ: (X) Sim () Não Justificar:
11.6 OS PROCESSOS DE RÉUS PRESOS ESTÃO COM TRAMITAÇÃO REGULAR? (X) Sim () Não Justificar: Uma vez que todos foram analisados no I e II Mutirão Carcerário de 2015.
11.7 CUMPRIMENTO DA META 4/2014-ENASP/CNJ (JULGAMENTO DE 80% DAS AÇÕES PENAS DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA CUJA DENÚNCIA FOI RECEBIDA ATÉ 31/12/2009): A secretaria não mantém controle dos processos cuja denúncia tivesse sido recebida até 31/12/2009. O sistema Libra fornece tão somente a informação dos processos distribuídos e julgados por ano. Nesse sentido, foi possível extrair os seguintes dados: Total de processos distribuídos até 31/12/2009: 02, pendentes de julgamento. Grau de cumprimento: 00,0% Meta não cumprida
11.8 QUANTIDADE DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI NOS ÚLTIMOS 24 MESES: Não houve.
12. INDICADORES INFÂNCIA E JUVENTUDE
12.1 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS DEFINITIVAMENTE: 00 (zero)
12.2 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE ABAIXO DO PRAZO DE 45 DIAS: 00 (zero)
12.3 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE COM PRAZO DE 45 DIAS EXTRAPOLADOS: 00 (zero)
12.4 HÁ VERIFICAÇÃO DE PENDÊNCIA EM RELAÇÃO A PEDIDOS DE DECRETAÇÃO OU REVOGAÇÃO DE MEDIDAS DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIAS? (x) Sim () Não Justificar: São encaminhados imediatamente para análise do Magistrado.
12.5 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES CUMPRINDO OUTRO TIPO DE MEDIDA SÓCIOEDUCATIVA: 00 (zero)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NO TERMO JUDICIÁRIO DE MAGALHÃES
BARATA – COMARCA DE IGARAPÉ-AÇU

<p>12.6 AS MEDIDAS SÓCIOEDUCATIVAS SÃO EXECUTADAS E FISCALIZADAS PELA PRÓPRIA UNIDADE JUDICIÁRIA? EM CASO POSITIVO, INDICAR A EXISTÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS ADEQUADOS – EQUIPE INTERDISCIPLINAR E QUANTOS PROCESSOS ESTÃO ATUALIZADOS: () Sim (X) Não Justificar: No Termo Judiciário não possui equipe interdisciplinar, apenas o CREAS, que funciona de forma precária. Quando é necessário, os autos são encaminhados à Comarca de Igarapé-Açu e são fiscalizados por lá.</p>
<p>12.7 HÁ ESTABELECIMENTO PARA INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES NA COMARCA? Não</p>
<p>12.8 EM CASO POSITIVO, COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES? Prejudicado</p>
<p>12.9 EXISTEM ENTIDADES DE ATENDIMENTO (DE PROTEÇÃO E SÓCIO-EDUCATIVA) A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA COMARCA? Sim, apenas o CREAS.</p>
<p>13 INDICADORES EXECUÇÃO PENAL</p>
<p>13.1 EXISTEM PROCESOS DE EXECUÇÃO SEM GUIA DE RECOLHIMENTO/INTERNAMENTO EXPEDIDA PELO JUIZO SENTENCIANTE? () Sim (X) Não Justificar:</p>
<p>13.2 EXISTEM PROCESSO DE EXECUÇÃO SEM ATESTADO DE PENA A CUMPRIR? () Sim (x) Não Justificar:</p>
<p>13.3 HÁ PENDÊNCIAS QUANTO A APRECIÇÃO DE PEDIDO DE BENEFÍCIO? () Sim (X) Não Justificar</p>
<p>13.4 HÁ VERIFICAÇÃO QUANTO AO REGULAR CUMPRIMENTO DE PENA RESTRITIVA DE LIBERDADE NO REGIME ABERTO COMBINADO COM O BENEFÍCIO DO REGIME DOMICILIAR? (X) Sim () Não Justificar:</p>
<p>13.5 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL VINCULADO A COMARCA? Não</p>
<p>13.6 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL ATUALMENTE INTERDITADO? Não</p>
<p>13.7 COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE CUSTÓDIA? Prejudicado</p>
<p>13.8 HÁ CONSELHO DA COMUNIDADE INSTALADO? Não</p>
<p>14 PRECATÓRIAS</p>
<p>14.1 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS EM TRAMITAÇÃO: 10 (dez)</p>
<p>14.2 TOTAL DE CARTAS PRECATÓRIAS CRIMINAIS EM TRAMITAÇÃO: 09 (nove)</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NO TERMO JUDICIÁRIO DE MAGALHÃES
BARATA – COMARCA DE IGARAPÉ-AÇU



14.3 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS PENDENTES DE RESPOSTA: A Unidade Judicial não mantém este controle e portando, não tem como precisar tal número.
14.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DAS PRECATÓRIAS COM PRAZO EXTRAPOLADO? (X) Sim () Não Justificar: A cobrança é realizada através do telefone, ligando para Oficiais de Justiça e para o Juízo Deprecado através de ofícios, principalmente nos processos de réus presos.
15 INQUÉRITOS POLICIAIS
15.1 PENDENTES DE ENCAMINHAMENTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO: 00 (zero)
15.2 INQUÉRITOS ENCAMINHADOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO: 00 (zero)
15.3 INQUÉRITOS REMETIDOS À DEPOL PARA CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS: 05 (cinco)
16 PETIÇÕES:
16.1 INICIAIS PENDENTES DE REGISTRO E AUTUAÇÃO: 03 (três) petições iniciais pendentes que foram entregues na secretaria no dia 26/08/2015 e que só não foram distribuídas em razão da carência de servidores - são apenas 02 servidoras e ambas estão voltadas para as tarefas exigidas pela correição.
16.2 INICIAIS PENDENTES DE CONCLUSÃO: Somente as 03 (três) iniciais relatadas acima, pendentes de distribuição.
16.3 INICIAIS PENDENTES DE DESPACHO: Somente as 03 (três) iniciais relatadas acima, pendentes de distribuição.
16.4 INTERMEDIÁRIAS NÃO JUNTADAS: Contagem física: 23 Sistema Libra: 585
16.5 INTERMEDIÁRIAS NÃO REMETIDAS A CONCLUSÃO: 23, que são as pendentes de junta.
16.6 INTERMEDIÁRIAS NÃO DESPACHADAS: 31
17 PENDÊNCIAS DA SERVENTIA
17.1 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MAIS DE 100 DIAS: A Unidade Judicial não condiciona os processos que aguardam cumprimento de ato judicial em local específico e, portanto, não sabe precisar tal quantitativo. O sistema Libra acusa 410 processos paralisados há mais de 100 dias.
17.2 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MENOS DE 100 DIAS: A Unidade Judicial não condiciona os processos que aguardam cumprimento de ato judicial em local específico e, portanto, não sabe precisar tal quantitativo.
17.3 AUTOS AGUARDANDO CONCLUSÃO: 00 (zero)
17.4 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MAIS DE 100 DIAS: 07 (sete)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NO TERMO JUDICIÁRIO DE MAGALHÃES
BARATA – COMARCA DE IGARAPÉ-AÇU

17.5 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MENOS DE 100 DIAS: 24 (vinte e quatro)		
17.6 MANDADOS COM CARGA EM ABERTO PARA OFICIAL DE JUSTIÇA:		
NOME	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
SEBASTIAO RUBENS DA SILVA PONTES	148	17/04/2013
JOAO LEITAO TEIXEIRA	72	25/08/2014
Observações CJCI: Tal quantitativo foi retirado do sistema Libra.		
17.6.1 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS MANDADOS COM PRAZO EXTRAPOLADO? (X) Sim () Não Justificar: A cobrança é direta aos Oficiais de Justiça da Comarca de Igarapé-Açu que servem ao termo - são lotados na comarca de Igarapé-Açu, mas cadastrados no libra para cumprirem os mandados de Magalhães Barata, pelo fato de esta Unidade se encontrar sem Oficial de Justiça desde Julho/2012. A cobrança é verbal ou por telefone, conforme cobrança das partes e manuseio dos autos.		
17.7 PROCESSOS RETIRADOS COM CARGA: 19		
	QUANTIDADE:	CARGA MAIS ANTIGA:
17.7.1 MINISTÉRIO PÚBLICO	12	23/10/2013
17.7.2 DEFENSORIA PÚBLICA	07	01/07/2014
17.7.3 ADVOGADO	00	x
17.7.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS PROCESSO EM CARGA COM PRAZO EXTRAPOLADO? (X) Sim () Não Justificar: A cobrança aos órgãos é feita mediante ofício, e aos advogados, é feita através do Dje. É feita eventualmente, conforme a cobrança das partes.		
18 ARMAS E BENS APREENDIDOS (OBSERVÂNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 63/2008/CNJ E DOS PROVIMENTOS Nº 03/2014-CJCI E Nº 04/2014-CJCI)		
18.1 AS ARMAS E OS BENS APREENDIDOS ESTÃO DEVIDAMENTE CADASTRADOS NO SISTEMA LIBRA E NO DO CNJ? () Sim (x) Não Justificar: Em razão da carência de servidores, acúmulo de servido e falta de capacitação dos servidores. Encontra-se cadastrada no sistema Libra somente uma arma de fogo.		
18.2 HÁ LOCAIS ADEQUADOS NA UNIDADE PARA GUARDA DAS ARMAS E DEMAIS BENS APREENDIDOS? () Sim (X) Não Justificar: Não há qualquer local para acondicionar tais bens, os quais permanecem escondidos nos armários.		
18.3 É REALIZADO REGISTRO NOS AUTOS DE TAIS OBJETOS? (X) Sim () Não Justificar:		
18.4 RELAÇÃO DE BENS APREENDIDOS:		
BEM	PROCESSO	NOME DAS PARTES
PISTOLA SEMIAUTOMÁTICA, TAURUS, MODELO PT 138, CALIBRE 380,Nº DA SÉRIE: KUA 20912	INQUÉRITO POLICAL Nº0002025-50.2014.8.14.0221	DENUNCIADOS: DAYVID PIEDADE LAMEIRA CARDOSO E RAQUEL FABIANA NEVES DA SILVA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NO TERMO JUDICIÁRIO DE MAGALHÃES
BARATA – COMARCA DE IGARAPÉ-AÇU



		VÍTIMA: RICARDO DE SOUZA BOTELHO
UMA MOCHILA CONTENDO SEIS TALONÁRIOS DE APOSTAS DE AZAR E DEZ COMPROVANTES D JOGOS REALIZADOS	TCO N°0001524-96.2014.8.14.0221	AUTOR DO FATO: RAIMUNDO JHONATHA PEREIRA DA SILVA
18.5 HÁ ARMAS NO FÓRUM PENDENTES DE RECOLHIMENTO PELA COMISSÃO DE TRANSPORTE DE ARMAS? EM CASO POSITIVO, QUANDO FOI SOLICITADO À COMISSÃO O RECOLHIMENTO? (X) Sim () Não Justificar:		
18.6 A SECRETARIA POSSUI ARQUIVO ESPECÍFICO RELACIONANDO ARMAMENTOS E MUNIÇÕES COM PEDIDO DE DOAÇÃO PELO COMANDO DO EXÉRCITO (ART. 5º, II, DO PROVIMENTO Nº 004/2014-CICI)? () Sim (X) Não Justificar: Não há qualquer local para acondicionar tais bens, permanece escondido nos armários.		
19: CUSTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS		
19.1 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITO JUDICIAL NA UNIDADE? (X) Sim () Não		
19.2 OS PROCEDIMENTOS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS ESTÃO SENDO REALIZADOS POR MEIO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE DEPÓSITO JUDICIAL – SDJ? (X) Sim () Não Justificar:		
19.3 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITOS JUDICIAIS SEM MOVIMENTAÇÃO HÁ MAIS DE TRÊS ANOS? () Sim (X) Não Justificar:		
19.4 EXISTE UNAJ NA COMARCA? QUAL SERVIDOR RESPONSÁVEL? (X) Sim () Não Servidor ARTHUR CLÁUDIO DE MELLO RAMOS, lotado na Comarca de Igarapé-açu, pois todos os cálculos são realizados por lá.		
19.5 SÃO JUNTADOS AOS AUTOS O BOLETO, RELATÓRIO E A CONTA DO PROCESSO? (X) Sim () Não Justificar:		
19.6 NAS AÇÕES CÍVEIS, É FEITA A REGULAR APURAÇÃO E COBRANÇA DAS CUSTAS FINAIS ANTES DA SENTENÇA? (X) Sim () Não Justificar:		
20: CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA:		
Não foram apresentadas considerações.		



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NO TERMO JUDICIÁRIO DE MAGALHÃES
BARATA – COMARCA DE IGARAPÉ-AÇU**

21 CONSIDERAÇÕES DO JUÍZO:

Não foram apresentadas considerações.

Magalhães Barata, 31/08/2015.

Observação: o Sistema Libra foi instalado na Unidade Judicial em Março de 2013, e o trabalho de recadastramento foi realizado por dois servidores cedidos pela Prefeitura local.



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR**

**2 – CORREIÇÃO ORDINÁRIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE
MAGALHÃES BARATA:**

Data: 31 de agosto de 2015

Foi iniciada a Correição em 31/08/2015, às 10:00 horas, no prédio onde funciona o fórum do Termo Judiciário de Magalhães Barata.

Juiz: ANTÔNIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY, desde fevereiro de 2015.

O Termo de Magalhães Barata fica a uma distância de 38 Km da comarca de Igarapé Açu, e o Juiz titular da comarca se desloca para o termo para realizar audiências e despachar processos.

O prédio é bem pequeno, e, em um dos compartimentos, uma saleta, funcionam o gabinete e a Secretaria.

Não há segurança no local, não havendo porta para separar o Gabinete e a Secretaria da área comum do Fórum. Não há agente de segurança nem Policial Militar, de modo que qualquer pessoa consegue ter acesso aos processos da Secretaria e do Gabinete, se os servidores não estiverem atentos.

SECRETARIA:

Atua uma servidora auxiliar judiciário, bacharel em Direito, que exerce a função de Diretora de Secretaria, desde 2014 (Portaria nº 002/2014) e há uma agente administrativa, cedida pela Prefeitura local.

Há ainda uma atendente judiciário e um Oficial de Justiça que se encontra de licença médica, afastado de suas funções desde setembro de 2012, de modo que os 02 Oficiais de Justiça de Igarapé Açu estão cadastrados no Sistema Libra para dar cumprimento aos mandados do Termo de Magalhães Barata.

Observou-se, durante a correição, que havia uma petição avulsa pendente de juntada ao processo n. 0000073-02.2015.8.14.00221.

Não há controle sobre a provável data da prescrição, nem na contracapa do processo, nem no Sistema Libra (Resolução n. 35 do CNJ).

Os processos criminais envolvendo violência doméstica e familiar contra a mulher são identificados com fitas verde e branca; as ações de improbidade administrativa são identificadas com fitas verde bandeira e laranja; as cartas precatórias com verde bandeira e os processos que envolvem representação por ato infracional e outros de competência da Infância e Juventude são identificados com fita na capa na cor amarela.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR



Não há identificação para processos envolvendo idosos nem para os processos das metas do CNJ.

Há necessidade de treinamento para a diretora de secretaria.

Há 330 processos da Meta 02 do CNJ (ações distribuídas até 31/12/2011) pendentes de julgamento, dos quais 165 são ações criminais.

Há 05 processos da Meta 04 do CNJ (ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2012). No Sistema Libra, não consta nenhuma ação incluída na Meta 04.

Não há processos da Meta 06 do CNJ (ações coletivas distribuídas até 31/12/2012). No Sistema Libra, consta o número de 13 ações incluídas na Meta 06 do CNJ, entretanto, conforme relatado na análise de processos por amostragem, tal informação decorre do cadastramento equivocado realizado em algumas ações ordinárias.

Há 836 (oitocentos e trinta e seis) processos físicos mais tramitação externa, e no acervo do Libra, constam 983 processos em tramitação.

No que se refere à Meta 4/2014 do ENASP/CNJ (ações penais de crimes dolosos contra a vida cuja denúncia foi recebida até 31/12/2009), a Secretaria não mantém controle dos processos, tendo sido extraído do Sistema: 02 processos nessa situação pendentes de julgamento.

Foi encontrada uma arma escondida em um armário, sem cadastramento no Sistema.

Foram encontrados cerca de 50 (cinquenta) processos sentenciados, aguardando intimação das partes e cálculo das custas finais.

As publicações são feitas, em média, duas vezes ao mês.

O Sistema Libra acusou 410 processos paralisados em Secretaria há mais de 100 dias, sendo que a Secretaria não realiza esse controle.

Não havia processos em secretaria aguardando conclusão e havia 07 (sete) processos conclusos para o magistrado há mais de 100 dias.

A pauta de audiências estava para novembro de 2015, sendo que as mais urgentes são encaixadas para data próxima.

A verificação da efetivação da intimação/citação é feita muitas vezes na hora da audiência, não obstante haja cobrança pela Secretaria do Oficial de Justiça sobre o cumprimento dos mandados.

Mônica Madieiri Soares Fonseca
Juíza Auxiliar da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior

21



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Há processos com carga para o Ministério Público desde 23/10/2013 e com a Defensoria Pública, desde 01/07/2014.

RECOMENDAÇÕES À DIRETORA DE SECRETARIA:

- 1 – Cadastrar no Sistema Libra e no Sistema do CNJ, todas as armas de fogo apreendidas em autos de processos, inclusive, a que se encontra guardada em armário sem cadastramento (no prazo de cinco dias), para que seja dada a devida destinação, comunicando ao Setor de recolhimento de armas as que se encontram prontas para serem encaminhadas ao Comando do Exército;
- 2 – Cobrar os processos com carga para o Ministério Público e para a Defensoria Pública, pois há processos com o MP desde 23/10/2013, e com a Defensoria desde 01/07/2014, exercendo controle sobre esses prazos, com cobrança, no máximo, a cada 60 (sessenta) dias;

Monica Masci S. de Fonseca
Juiza Auxiliar da Corregedoria de
Justiça dos Comarcas do Interior

Portugal



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR



- 3 – Separar e priorizar os processos das Metas 02 e 04 do CNJ; ✓
- 4 – Identificar os processos que envolvem idosos, para receber a prioridade devida; ✓
- 5 – Promover a juntada da petição avulsa ao processo n. 0000073-02.2015.8.14.00221; ✓
- 6 – Exercer controle da provável data da prescrição na contracapa do processo ou no Sistema Libra (Resolução n. 35 do CNJ); *
- 7 – Movimentar e cumprir diligências nos processos paralisados há mais de 100 dias em Secretaria, em número significativo no Sistema Libra (410); ✓
- 8 – Promover os atos necessários ao cumprimento de sentenças prolatadas em processos (intimação das partes, publicação, cálculo de custas, etc.). *

RECOMENDAÇÕES AO MAGISTRADO:

- 1 – Chamar à ordem o processo nº 0000322-84.2014.8.14.0221 – ato infracional por lesão corporal grave, uma vez que foi recebida a representação como denúncia (ação penal), tratando-se de representação por ato infracional; ✓
- 2 – Designar audiências de instrução e julgamento em processos de réus presos para data mais próxima; ✓
- 3 – Acompanhar o cadastramento no Sistema Libra e no Sistema do CNJ, da arma de fogo apreendida em autos de processo, que se encontra guardada em um armário do Fórum, sem qualquer segurança, e solicitar, se for o caso, à Comissão de Recolhimento de armas, data no cronograma para transportar as armas existentes no Termo, para o Comando do Exército; ✓
- 4 – Priorizar os processos de idosos e os processos das Metas 02 e 04 do CNJ, movimentando-os; *
- 5 – Despachar ou sentenciar os processos conclusos há mais de 100 (cem) dias; ✓
- 6 – Solicitar capacitação para a Diretora de Secretaria. ✓

É o Relatório.

Belém, 03 de novembro de 2015.

Maria do Céu Maciel Coutinho
Desembargadora MARIA DO CÉU MACIEL COUTINHO

Corregedora de Justiça da CJCI

Mônica Maciel Soares Fonseca
MÔNICA MACIEL SOARES FONSECA

Juíza Auxiliar da CJCI



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

CARLOS PINTO DA SILVA JÚNIOR
Analista Judiciário

Jackeline S.V. Maia
JACKELINE STEPHANY VILHENA MAIA
Assessora Jurídica da CJCI

Marco Antônio Pedrosa Araújo
MARCO ANTÔNIO PEDROSA ARAÚJO
Assessor Jurídico da CJCI

Thaiza Martins Pereira
THAIZA MARTINS PEREIRA
Assessora Jurídica da CJCI

RECEBIMENTO	
Recebido na Corregedoria de Justiça do Estado do Pará	
Belem, Pa,	16 12 15
<i>[Signature]</i>	
Câmara de S. P. de J. do Int.	